

ESCOLA DE FORMADORES OSIB-CRB-CNBB-ITESC

Justificativa

A missão de Evangelizar torna-se sempre mais dinâmica e exigente. "Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre" (Hb 13,8), mas seu anúncio requer de nós uma Nova Evangelização.

Neste contexto, a necessidade de preparar adequadamente os educadores destinados à formação presbiteral e para a vida religiosa é reconhecida pela Igreja. Tal urgência tem sido frequentemente reiterada, sugerindo-se que, para supri-la sejam promovidas instituições que se prestem a esta finalidade.

Em atenção a estes apelos, a Escola de Formadores é uma iniciativa da OSIB-Regional Sul IV da CNBB/SC e CRB/SC, e conta com o apoio do ITESC. Na intenção de contribuir na preparação de formadores(as), destina-se a presbíteros, religiosas e religiosos que atuam nos seminários e casas de formação, ou que nestes irão colaborar no exercício do seu ministério.

Funcionamento

Formação teórico-prática intensiva em regime de férias em 3 etapas:

1a. 24/01 a 05/02/2000 2a. 03/07 a 15/07/2000 3a. 25/01 a 07/02/2000

Quantidade de vagas

40 vagas: CRB: 20 - OSIB: 20

Inscrição e admissão

Apresentar: preenchimento do formulário de inscrição; carta de apresentação do Bispo ou superior(a) Maior; duas fotos 3 x 4; comprovante de Terceiro Grau; dispor de tempo integral para todo o período da Escola, bem como, suas atividades; nível escolar: Terceiro Grau Concluído; não seja formando(a); taxa de inscrição: R\$ 350,00 (sujeito a revisão).

Local das aulas

Instituto Teológico de S. Catarina - ITESC
Rua. Dep. Ant. Edu Vieira, 1524 / Caixa Postal 5041 - Fone: (048) 2340400
88040-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

Endereços

OSIB

Caixa Postal n 5178 / CEP: 88040-970
Rua Dep. Ant. Edu Vieira, 1524 / Pantanal
88040-001 - Florianópolis - SC
Fone: (048) 234-7033 / Fax: (048)234-7230

CRB

Rua Marechal Guilherme, 147
salas 503 e 504
88015-000 - Florianópolis - SC
Tel-Fax: (048)223-5134

O artigo, de alcance ecumênico, apresenta a surpreendente doutrina de Lutero sobre o "sacramento da Penitência". A partir de textos autênticos do Reformador, o autor mostra quão perto está Lutero da doutrina católica, e quão esquecido ele está, neste ponto, por seus seguidores. Na conclusão, o autor faz votos para que, "neste clima de ecumenismo que estamos vivendo, este rápido estudo... possa contribuir para o superamento da crise por que passa, entre os católicos (!), este sacramento".

Lutero e o Sacramento da Penitência

Dom Manoel João Francisco
Doutor em Teologia e Bispo de Chapecó, Santa Catarina.



Durante e após a Reforma foi feito muito diálogo de surdos. As pessoas diziam a mesma coisa e pensavam dizer coisas diferentes. Hoje, depois de quase um século de caminhada ecumênica, penso que o diálogo de surdos continua. Pelo menos na base, entre os fiéis das diversas igrejas. Um não conhece a doutrina do outro e age muito a partir de preconceitos. Um exemplo disso são os documentos das Comissões bilaterais, que não são repassados e continuam totalmente desconhecidos dos fiéis.

No entanto o ideal da busca da unidade permanece. João Paulo II deseja, como se pode ver na Bula pontifícia *Incararnationis Mysterium*, que as celebrações dos dois mil anos do Mistério da Encarnação tenham peculiar caráter ecumênico. Na encíclica *Ut Unum Sint*, o papa afirma que “o apelo à unidade dos cristãos... ressoa com vigor cada vez maior no coração dos crentes, especialmente quando já se aproxima o ano Dois Mil que será para eles Jubileu sagrado”. E na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, sobre a preparação para o ano 2000, explicitara ainda mais sua intenção, com as palavras: “Eis, portanto, uma das tarefas dos cristãos a caminho do ano 2000. A aproximação do fim do segundo milênio incita todos a um *exame de consciência* e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que possamos apresentar-nos ao Grande Jubileu, se não totalmente unidos, *pelo menos muito mais perto de superar as divisões do segundo milênio* (grifo do texto).

Penso que uma apresentação, se bem que rápida, da doutrina de Martinho Lutero, o pai da Reforma, sobre o sacramento da Penitência, corresponde ao desejo do Papa e ao bem do povo cristão, que precisa conhecer melhor a doutrina dos Reformadores e dos teólogos reformados de hoje. Assim poderão se posicionar e se engajar de forma mais decidida na caminhada ecumênica.

O que pensava Lutero sobre a Penitência

Lutero, desde os seus primeiros escritos, manifestou sua preocupação com o sacramento da Penitência. Enquanto penitente e enquanto confessor, percebia o valor e a utilidade deste sacramento. Num de seus escritos declara:

Sei quanta consolação recebi da confissão. Ninguém sabe que coisa ela pode, a não ser aquele que com freqüência e muitas vezes teve de lutar contra o demônio. Sim, eu estaria há muito tempo destruído pelo demônio,

*se a confissão não me tivesse sustentado*¹.

No opúsculo “Do cativoiro babilônico da Igreja”, escreve:

*A confissão secreta, tal como hoje é praticada, não pode ser comprovada pelas Escrituras. Mesmo assim ela me agrada muito, é útil e até necessária, e também não gostaria que ela não existisse. Inclusive alegro-me de que exista na Igreja de Cristo, pois é ela o único remédio para as consciências aflitas. Se descobrimos a nosso irmão nossa consciência e revelamos com simplicidade o mal oculto, recebemos da boca do irmão a palavra de consolo proferida por Deus. Quando aceitamos em fé, obtemos paz na misericórdia de Deus por meio do irmão que nos fala*².

Esta opinião de Lutero certamente foi decisiva para que em documentos oficiais das igrejas luteranas se defendesse a permanência do sacramento da Penitência, como se pode ver a seguir:

Da confissão ensinam que a absolvição particular deve ser mantida nas igrejas, ainda que na confissão não seja necessária a enumeração de todos os delitos, pois tal é impossível, segundo o salmo: “os delitos, quem os discerne?” (Conf. de Augsburg, art. 11)

A confissão não está abolida em nossas igrejas. Pois não se costuma dar o corpo do Senhor a não ser àqueles que previamente foram examinados e absolvidos... Ensina-se às pessoas que tenham a absolvição em alto apreço, porque é a voz de Deus e é pronunciada por ordem de Deus. Louvase o poder das chaves e lembra-se quão grande conforto leva às consciências aterrorizadas... A confissão é mantida entre nós, por causa do grandíssimo benefício da absolvição, como também por causa dos outros proveitos para as consciências (Conf. De Augsburg, art. 25)

Visto que a absolvição, ou poder das chaves, que Cristo instituiu no evangelho, também é auxílio e consolo contra o pecado e a má consciência, por isso de forma nenhuma se deve permitir que a confissão ou absolvição caia em desuso na igreja, especialmente por causa das consciências tímidas, outrossim por causa da mocidade insciente, para que seja examinada e instruída na doutrina cristã (Artigos de Esmalcalde, art. 8)

Mas, se Lutero tinha tanto apreço pelo sacramento da penitência, tinha também sérias restrições contra a sua disciplina, da forma como se desenvolvera na Igreja, a partir do século XII. Na sua opinião, o salubérrimo sacramento se tornara uma tirania dos magnatas, uma doença, um aumento dos pecados. Por causa dos magnatas, significava uma coisa, mas operava outra³.

Foi em seu opúsculo *Do cativoiro babilônico da Igreja*, já citado, que fez as críticas mais severas à disciplina penitencial: *Detesto apenas uma coisa: essa confissão foi reduzida à tirania e à exação dos pontífices*⁴.

Segundo Lutero, são abusivos os seguintes pontos:

1. torná-la obrigatória
2. ligá-la ao tempo pascal
3. exigir do penitente um exame minucioso da consciência
4. fazer da contrição um pressuposto para a confissão
5. fazer da confissão um ministério exclusivo dos padres

Estes pontos, na opinião de Lutero, ofendiam e prejudicavam o próprio ministério da confissão, que não era o de impor às pessoas fardos pesados, mas o de proclamar a boa nova da salvação pela absolvição dos pecados. Ainda na opinião de Lutero, a prática católica da confissão tinha desviado a absolvição, e a fé, do centro para a periferia⁵.

Lutero entendia que penitência, em primeiro lugar, significava mudança radical de mentalidade, ou seja conversão, *metánoia*. Somente em segundo, ou até em terceiro lugar, a palavra 'penitência' podia ser entendida como sacramento. Este pensamento aparece bem claro na primeira e segunda das suas noventa e cinco teses:

Nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo, em dizendo 'Arrependei-vos etc', afirmava que toda a vida dos fiéis deve ser um ato de arrependimento (tese 1).

Essa declaração não pode ser entendida como sacramento da penitência (isto é, confissão e absolvição), que é administrado pelo sacerdócio (tese 2).

Nas *Explicações do Debate sobre o valor das Indulgências*, escritas um ano após a publicação das noventa e cinco teses, Lutero reafirma sua convicção explicando o termo grego *metánoia* e reportando-se a diversas passagens bíblicas que conclamam o crente a renovar-se pela novidade da mente (Rm 12,2), e a crucificar a carne com suas concupiscências (Gl 5,24).

É claro que a penitência assim entendida não se limita à penitência sacramental, celebrada em tempo e lugares determinados pela Igreja:

Certo é, porém, que esta mortificação dos sentidos, ou ódio de si mesmo, deve acontecer durante toda a vida... Por toda a vida devemos orar: 'Perdoa-nos as nossas dívidas' (Mt 6,12). Logo, durante toda a vida fazemos penitência e desagradamos a nós mesmos, a não se que alguém

*seja tão tolo, que creia que deve fazer de conta que ora pela remissão das dívidas. Pois as dívidas pelas quais nos é ordenado orar são verdadeiras e não devem ser menosprezadas; mesmo que sejam veniais, não podemos ser salvos se não tiverem sido perdoadas*⁶.

Se, de um lado, a virtude da penitência não se identifica com o sacramento da penitência, de outro lado, ela não se restringe a uma penitência interior somente. A penitência interior de nada vale se não se manifestar nos atos exteriores de mortificação da carne durante toda a vida:

O arrependimento interior é vão se não produz externamente diferentes espécies de mortificação da carne (tese 3).

Lutero fundamenta também esta tese com várias passagens bíblicas. São Paulo, por exemplo, ordena que nossos corpos sejam 'oferecidos como sacrifício, santo e agradável, a Deus' (Rm 12,1). Segundo Lutero, esta oferta sacrificial se faz com jejum, oração e esmolas, de acordo com o que Cristo ensinou nos evangelhos (Mt 5 e 6). Explicitando mais seu pensamento, Lutero afirma que "o jejum compreende todos os castigos da carne, sem escolha de alimentos e sem diferenças de roupa; a oração, todo o exercício da alma: meditar, ler, ouvir, orar; a esmola, todo obséquio para com o próximo. Assim, pelo jejum, a pessoa serve a si mesma; pela oração, a Deus; e pela esmola, ao próximo. Pela primeira, ela vence a concupiscência da carne e vive sóbria e castamente; pela segunda, vence a soberba da vida e vive piedosamente; pela terceira, vence a concupiscência dos olhos e vive de maneira justa neste mundo. Por isso, todas as mortificações que a pessoa compungida se impõe – sejam elas vigílias, trabalhos, privações, estudos, orações, evitar o sexo e os prazeres – pertencem à penitência interior como seus frutos, na medida em que promovem o espírito"⁷.

Tendo precisado o conteúdo evangélico da penitência, como ato interior de renovação espiritual e sua manifestação exterior, Lutero não nega a importância da penitência sacramental.

Três elementos – a absolvição, a graça e a fé – fazem parte essencial deste sacramento. Sem eles inexistente sacramento. A relação entre eles é de profunda interdependência, mas a fé fundamenta os demais. Sem a fé a absolvição não tem eficácia e conseqüentemente não se alcança o perdão, a paz e o consolo da consciência:

Não é o sacramento que remove o pecado, mas a fé que crê no sacramento. Santo Agostinho diz: "O sacramento tira o pecado não porque acontece, mas porque se crê nele". Por esta razão, no sacramento deve-se



considerar a fé com toda a diligência.

Disso resulta, em primeiro lugar, que o perdão da culpa e a indulgência celestial a ninguém são dados por causa da dignidade de sua contrição pelos pecados ou por causa das obras de satisfação, mas unicamente por causa da fé na promessa de Deus⁸.

Todo cristão que quiser se confessar, deve depositar e ter a maior confiança na promessa sobretudo misericordiosa de Deus, e deve crer firmemente que o todo-poderoso Deus lhe perdoará misericordiosamente o seu pecado⁹.

A absolvição, no pensamento do Reformador, tem, diríamos nós católicos, eficácia *ex opere operato*. Pois Lutero recomenda que “a pessoa a ser absolvida deve, com toda a diligência, tomar cuidado para não duvidar que seus pecados lhe estejam perdoados junto a Deus e deve ficar tranqüila em seu coração”. A eficácia não vem da fórmula da absolvição, nem mesmo do poder do ministro, mas da promessa infalível de Cristo e da fé do penitente nesta mesma promessa. Por isso, repete Lutero: *É necessário que, quem vem (para o sacramento), creia¹⁰.*

A eficácia da absolvição é reafirmada por Lutero em diversas ocasiões. No “Pequeno Catecismo”, por exemplo, respondendo à pergunta: “Que é a confissão?”, dá a seguinte resposta: *A confissão compreende duas partes: primeiro, que confessemos os pecados; segundo, que se receba a absolvição ou remissão do confessor como de Deus mesmo, sem duvidar de modo algum, mas crendo firmemente que por ela os pecados são perdoados perante Deus no céu¹¹.*

Embora reconheça a eficácia da absolvição e, no *Cativeiro babilônico da Igreja* chame a penitência de “terceiro sacramento”, Lutero fica indeciso quanto à sua autonomia como sacramento. Segundo ele, o batismo é que é o verdadeiro sacramento do perdão, e a penitência nada mais é do que a atualização e renovação do batismo:

E aqui vê-se que o batismo, tanto por seu poder como por sua significação, também compreende o terceiro sacramento, que se chamou de penitência, o qual, propriamente, outra coisa não é senão o batismo. Pois que outra coisa significa ‘penitência’ senão atacar o velho homem com seriedade e entrar em nova vida? Por isso, se vives na penitência, então andas no batismo, que não apenas significa essa vida nova, mas também a opera, inicia e promove... Assim, o arrependimento outra coisa não é senão um retorno ao batismo e aproximação dele, repetindo-se e



praticando-se o que anteriormente se começou, havendo-o, porém, abandonado¹².

Outro elemento essencial do sacramento da penitência é a graça. O perdão vem de Deus gratuitamente. Ao penitente cabe acolhê-lo com gratidão e ao ministro cabe anunciá-lo, sem impor nenhuma condição. Diante da gratuidade do perdão não existe lugar nem para a contrição, nem para a satisfação. Tanto uma como a outra são obras. Exigi-las, como condição do perdão, seria *não permitir que Deus seja misericordioso e querer tê-lo apenas como juiz, como se ele não devesse perdoar nada de graça, sem que lhe tenha sido pago antecipadamente¹³.*

Esclarecendo seu pensamento e defendendo-se de possíveis acusações de estar proibindo as boas obras, escreve Lutero:

Devemos, com toda a seriedade, sentir contrição e pesar, fazer confissão e boas obras. Porém insisto, tanto quanto posso, em que deixemos que a fé no sacramento seja a coisa principal e a herança pela qual alcançamos a graça de Deus. Depois, então, façamos muitas coisas boas, tão somente para a honra de Deus e para o bem do próximo, e não para que confiemos nelas como suficientes para pagar pelo pecado¹⁴.

Lutero não se cansa de dar orientações nesse sentido, repetindo-se muitas vezes, como sempre e necessariamente acontece com um pregador.

Não se pode confiar em si mesmo nem nos próprios atos, mas na graça do Pai, para resistir a todas as tentações do pecado. Quem confia em si mesmo e nos próprios atos de penitência, termina no desespero e na condenação.

Cuida-te, pois, de confiar em tua contrição ou de atribuir à tua dor a remissão dos pecados¹⁵.

Disso resulta, em primeiro lugar, que o perdão da culpa e a indulgência celestial a ninguém são dados por causa da dignidade da sua contrição pelos pecados ou por causa das obras de satisfação, mas unicamente por causa da fé na promessa de Deus¹⁶.

Quanto à satisfação, que isto seja o bastante: a melhor satisfação é não mais pecar e fazer bem ao próximo, seja ele inimigo ou amigo. Essa satisfação raramente é mencionada. É só com orações impostas que se quer pagar por tudo¹⁷.

A gratuidade do perdão permite também dispensar a confissão



minuciosa de pecados, a qual, aliás, não é possível fazer:

Digo que não é preciso confessar todos os pecados, nem os mortais nem os veniais: Há mais: é preciso que a pessoa saiba que, após todo o esforço que tenha feito, ainda confessou, apenas, a menor parte dos pecados...

Ora, a possibilidade de conhecer, e muito mais de confessar, todos os pecados mortais, está tão distante... Basta que tenhas querido confessar tudo, se soubesses e pudesses¹⁸.

Com relação ao ministro, Lutero, em primeiro lugar, lembra que é preciso ter um ministro, pois ninguém pode dar a remissão da culpa a si mesmo, já que ninguém deve crer em si mesmo, a menos que prefira uma desordem em duas¹⁹.

Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário (tese 7).

Nos primeiros escritos, Lutero permanece com a doutrina católica e diz que a confissão deve ser feita ao sacerdote. Mas em seguida muda de opinião, e diz que o pecado é apagado, se o irmão o confessou espontaneamente ao irmão. Não é necessário confessá-lo à Igreja, isto é, ao prelado ou sacerdote²⁰. No sacramento da penitência e perdão da culpa, um papa ou bispo nada mais faz do que o menor dos sacerdotes; sim, onde não há sacerdote, qualquer pessoa cristã, mesmo que seja uma mulher ou criança, faz o mesmo... Não nos enganemos quanto ao sacramento e seu efeito, como se ele fosse melhor quando dado por um bispo ou papa do que quando por um sacerdote ou leigo²¹.

O perdão é graça. Por isso, não depende da dignidade do ministro:

Não te preocupes com o fato de que um sacerdote esteja errado, esteja ele próprio ligado ou seja leviano em sua absolvição. Se receberes as palavras com singeleza e nelas creres, sem saber de seu erro ou de sua ligação e sem desprezá-las, então estás absolvido e tens o sacramento por inteiro. Pois, como já dissemos, ele não depende do sacerdote, nem do teu agir, mas sim inteiramente da tua fé²².

O ministério não é um poder, mas um serviço. A absolvição é antes de tudo palavra do próprio Deus. O ministro nada mais faz do que anunciá-la. Se o pecador está verdadeiramente arrependido e deseja vivamente a confissão, não precisa duvidar do perdão prometido. O perdão não depende da vontade do ministro, mas da vontade do penitente que crê na Palavra de Deus. Por



isso, o ministro não pode jamais negar, nem condicionar o perdão:

Os sacerdotes, bispos, papa, são apenas servidores que apresentam a palavra de Cristo, na qual debes apostar e na qual debes te basear com fé firme, como numa rocha. Então a Palavra te sustentará e teus pecados terão de ser perdoados. É por isso que a Palavra não deve ser honrada por causa dos sacerdotes, dos bispos e do papa. Os sacerdotes, os bispos e o papa devem ser honrados por causa da Palavra, na qualidade de pessoas que te trazem a palavra e a mensagem do teu Deus de que estás livre dos pecados²³.

À guisa de Conclusão

Harald Malschitzky, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) no Paraná, introduzindo uma catequese sobre a confissão, diz que as comunidades evangélicas em geral, manifestam grande preconceito contra a confissão particular dos pecados. Exemplificando sua afirmação, conta que “um pastor da IECLB propôs aos confirmandos a confissão particular e explicou o assunto à comunidade. Imediatamente se armou quase uma revolução e a frase mais freqüente foi: ‘Afinal, nós não somos católicos!’” Continuando sua motivação, o pastor diz que as comunidades evangélicas estão desinformadas sobre a matéria que consta no Catecismo. Para o povo, “a ausência de uma confissão particular dos pecados se transforma em uma espécie de artigo de fé, ou, no mínimo, em uma característica da Igreja evangélica”.

Após esta introdução, o pastor passa a explicar a confissão conforme os ensinamentos de Lutero e dos documentos oficiais das Igrejas luteranas. Termina dizendo: “Sem dúvida, não será uma prédica ou um pequeno estudo que terão este efeito. Uma prédica poderá ser um primeiro passo, o início de um movimento que redescobre o que significam confissão e perdão no relacionamento entre as pessoas. Acontece que o nosso falar de perdão é, para tantos, um discurso totalmente abstrato e doutrinário, talvez justamente porque a confissão e o perdão em seu verdadeiro sentido foram deixados de lado na vivência eclesial e comunitária²⁴.”

Como se pode ver, os luteranos começam a voltar à prática da confissão particular. Eu mesmo já confessei, em diferentes ocasiões, alguns irmãos luteranos, inclusive adolescentes, com grande fervor e piedade. Oxalá, neste clima de ecumenismo que estamos vivendo, este rápido estudo do pensamento de Lutero sobre o sacramento da Penitência possa contribuir para o superamento da crise por que passa, entre os católicos, esse sacramento.



Notas

- ¹ Martinho LUTERO, WA 10,3,61, cit. por V. VILNAY, Apostila mimeografada para uso interno dos alunos, Pontifício Ateneo Santo Anselmo, Roma, 1976, p. 15
- ² M. LUTERO, *Do cativo babilônico da Igreja*, Edit. Sinodal, São Leopoldo, 1982, p. 94
- ³ M. LUTERO, *Modo de confessar-se*, in "Obras selecionadas", Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1989, vol. 2, p. 64
- ⁴ M. LUTERO, *Do cativo babilônico da Igreja*, op. cit., p. 94
- ⁵ Id., *ibid.*, pp. 88-100
- ⁶ M. LUTERO, *Explicação do Debate sobre o valor das Indulgências*, in "Obras selecionadas", Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1987, vol. 1, pp. 63-64
- ⁷ Id. *ibid.*, p. 65-66
- ⁸ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., vol. 1, p. 405
- ⁹ M. LUTERO, *Uma breve instrução sobre como devemos confessar-nos*, op. cit., vol. 1, p. 234
- ¹⁰ Id., *ibid.*, p. 77
- ¹¹ M. LUTERO, *Catecismo Menor*, in *Livro da Concórdia*, Ed. Sinodal e Concórdia, São Leopoldo e Porto Alegre, 1983, p.377
- ¹² M. LUTERO, *Catecismo Maior*, in *Livro da Concórdia*, op. cit. p. 484-485
- ¹³ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., p. 408
- ¹⁴ M. LUTERO, *ibid.*, p. 408-409
- ¹⁵ M. LUTERO, *Do cativo babilônico da Igreja*, op. cit., p. 93
- ¹⁶ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit. p. 405
- ¹⁷ M. LUTERO, *ibid.*, p. 411
- ¹⁸ M. LUTERO, *Modo de confessar-se*, op. cit., p. 56-57
- ¹⁹ M. LUTERO, *Uma breve instrução sobre como devemos confessar-nos*, op. cit. p. 78
- ²⁰ M. LUTERO, *Do cativo babilônico da Igreja*, op. cit., p. 95
- ²¹ M. LUTERO, *Um sermão sobre o sacramento da Penitência*, op. cit., p. 406
- ²² M. LUTERO, *ibid.*, p. 408
- ²³ M. LUTERO, *ibid.*, p. 405
- ²⁴ Herald MALSCHITZKY, *A Confissão*, em AA.VV., *Proclamar Libertação*, suplemento 1, Ed. Sinodal, São Leopoldo, 1982, p. 210-14

Endereço do Autor:
Cúria Diocesana / Cx. Postal 726
89801-970 Chapecó SC

O artigo focaliza a dimensão social da Reconciliação. O autor sintetiza seu pensamento ao dizer que "não é suficiente reduzir o sacramento da Reconciliação ao perdão dos pecados pessoais", devendo ele estender-se também aos "pecados coletivos, os chamados pecados sociais, econômicos, políticos e culturais". Nesse sentido, o autor estuda os pontos seguintes: "Reconciliação e direitos do cidadão", "Reconciliação e Dívida Externa", e "Reconciliação e Ética cristã", lembrando, na conclusão, o "novo pacto social", proposto pelos nossos Bispos.

Reconciliação e Sociedade

Por uma Ética dos Direitos Econômicos

Pe. Vilmar Adelino Vicente
Doutor em Serviço Social, Professor e Diretor do Instituto Teológico de Santa Catarina.